

Conheça os fatos sobre encargos públicos

Esta fact sheet não substitui uma assessoria jurídica. As pessoas preocupadas com o modo pelo qual os benefícios públicos possam afetar a situação de imigração devem solicitar um advogado de imigração para ajudar.

Última atualização em 19 de dezembro de 2022

Desde 9 de março de 2021, a regra federal expandida de encargos públicos está bloqueada permanentemente. Ela não tem mais validade em nenhum local dos Estados Unidos. Isso significa:

- Os imigrantes podem obter benefícios de saúde pública, nutrição e moradia com segurança.
- Esses benefícios não afetarão sua situação de imigração.

Em 8 de setembro de 2022, o Departamento de segurança interna dos Estados Unidos (U.S. Department of Homeland Security) emitiu uma nova regra que restabelece a interpretação de “encargo público” que estava em vigor desde 1999.

A nova regra será aplicada a todos os pedidos de imigração com entrada a partir de 23 de dezembro de 2022. Ao mesmo tempo, os Serviços de cidadania e imigração dos Estados Unidos (U.S. Citizenship and Immigration Services, USCIS) seguirão o [decreto executivo 14012](#) do presidente Biden e aplicarão as políticas de encargos públicos estabelecidas na [Orientação provisória de campo de 1999](#).

A regra de encargos públicos de 1999 é aplicada agora, mas lembre-se de que:

- Várias pessoas sem cidadania estão isentas da regra de encargos públicos.
- A maioria das pessoas sem cidadania que se qualifica para os benefícios públicos está isenta da regra de encargos públicos.
- A maior parte dos benefícios recebidos por crianças ou outros familiares sem cidadania **não** conta durante o teste de encargos públicos de pessoas sem cidadania nos Estados Unidos.

Consulte a [página da Web Public Charge Resources \(Recursos de encargos públicos\)](#) dos USCIS para obter mais informações.

A regra de encargos públicos não se aplica à maioria das pessoas que se qualifica para benefícios públicos.

Determinadas pessoas sem cidadania estão isentas da regra de encargos públicos, inclusive, entre outros:

- Requerentes que buscam situação de refugiados ou asilados;
- Residentes permanentes nos Estados Unidos, inclusive os que renovaram o green card;
- Pessoas sem cidadania que buscam situação de T (vítima de tráfico humano) ou U (vítima de atividade criminal);
- Requerentes que buscam situação de proteção temporária (Temporary Protected Status, TPS);
- Requerimento por conta própria nos termos da lei de violência contra mulheres (Violence Against Women Act, VAWA);

- Jovens imigrantes especiais;
- Requerentes que buscam liberdade condicional militar em vigor (parole in place, PIP).

O que os programas de benefícios públicos contam como encargo público?

Hoje, a regra de encargos públicos só considera o uso destes programas:

- Auxílio temporário para famílias necessitadas (Temporary Assistance for Needy Families, TANF, um benefício mensal);
- Outros programas de assistência financeira estadual, tribal, territorial ou local (“Auxílio geral”);
- Renda suplementar de segurança (Supplemental Security Income, SSI); e
- Programas de governo que apoiam pessoas que vivem em instituições assistenciais de longa permanência, como asilos ou clínicas de saúde mental.

O que os programas de benefícios públicos *não* contam como encargo público?

Muitos benefícios, como os da lista abaixo, são seguros e **não** contam em nenhum teste de encargos públicos:

- Cobertura do Plano de saúde do Oregon (Oregon Health Plan, OHP) para:
 - Jovens com menos de 21 (isto é, Medicaid, CHIP e Cover All Kids)
 - Adultas grávidas (isto é, Medicaid e Citizenship Waived Medical Plus ou CWM Plus), inclusive cobertura puerperal
 - Emergency Medicaid para pessoas de 24 a 56 anos (isto é, CWM)
 - Todos os outros adultos (isto é, Medicaid e Healthier Oregon)
- Cobertura para saúde reprodutiva
- Programa Oregon MothersCare
- Programa de assistência à nutrição suplementar (Supplemental Nutrition Assistance, SNAP) ou selos de alimentação, inclusive Pandemic EBT
- Moradia pública e moradia subsidiada da Seção 8
- Auxílio aluguel da Seção 8 (por exemplo, vouchers de opção de moradia)
- Mulheres, bebês e crianças (Women, Infants and Children, WIC) (auxílio nutrição para mulheres, bebês e crianças até 5 anos)
- Testes, atendimento e vacinação contra COVID-19
- Alimentos do banco ou caixas de alimentos
- Assistência ou benefícios para desastres ou emergências
- Serviços especiais de educação financiados pela lei de educação de pessoas com deficiência (Individuals with Disabilities Education Act, IDEA) cobertos pelo Medicaid.
- Serviços de saúde na escola para crianças em idade escolar
- Creche e pré-escolar/Oregon Prekindergarten
- Programa de merenda escolar livre e reduzida
- Aposentadoria da previdência social
- Medicare
- Subsídio à baixa renda Medicare Parte D
- Programas da Lei de idosos americanos (Older Americans Act, OAA).
- Programas financiados pelo estado para auxílio a idosos e pessoas com deficiência (por exemplo, Oregon Project Independence)
- Seguro desemprego
- Subsídios ao prêmio de seguro saúde comercial por meio do mercado de seguro saúde (Health Insurance Marketplace) do Oregon
- Reembolso ao atendimento infantil em creches relacionado a emprego (Employment Related Day Care)
- *E vários outros programas de serviços sociais e de saúde não relacionados aqui*

A obtenção de benefícios públicos por conta própria *não* transforma ninguém em “encargo público”. O teste de encargos públicos:

- Analisa todas as circunstâncias de pessoas sem cidadania — não apenas se elas provavelmente utilizam benefícios públicos.
- Conforme exigido pela lei federal de imigração, analisa as pessoas sem cidadania de acordo com
 - “idade, saúde, situação familiar, bens, recursos e situação financeira e educação e habilidades,”
 - Formulário I-864 preenchido (Declaração de auxílio), entregue em nome da pessoa sem cidadania e
 - Recibo anterior ou atual de auxílio financeiro e atendimento institucional de longa duração, pago pelo governo.

Tem dúvidas? Você não está sozinho. Existe ajuda.

- Ligue para a linha gratuita do Oregon Public Benefits pelo número 1-800-520-5292.
- Procure o [Diretório nacional de serviços jurídicos de imigração](#) (National Immigration Legal Services Directory) para obter serviços jurídicos gratuitos ou de baixo custo.
- [Procure](#) um advogado particular de imigração em sua região.
- Alguns residentes do Oregon podem ter direito a representação gratuita no Tribunal de imigração de Portland por meio do Equity Corps do Oregon. Saiba mais e busque auxílio [aqui](#).
- Encontre ajuda com outras questões jurídicas como moradia, custódia, divórcio, emprego, direitos das vítimas e muito mais com o [Diretório de ajuda legal do Oregon de serviços jurídicos sem fins lucrativos](#) ou o [serviço de indicações de advogados da Ordem dos advogados estadual do Oregon](#).
- Mantenha-se informado visitando protectingimmigrantfamilies.org.